



secretaria-conselhos _ <secretaria-conselhos@unirio.br>

Ofício nº 002/2025/CVMJR/UNIRIO - Inclusão de Pauta - Revogação de Títulos DHC**Comissão da Verdade Memória Justiça e Reparação Luiz Renê Silveira e Silva**

5 de agosto de 2025 às

<cvmjr@unirio.br>

13:22

Para: secretaria-conselhos@unirio.br

Cc: gabinete.proexc@unirio.br, chefiadegabinete@unirio.br, vitor.moreira@unirio.br, reitor@unirio.br

Prezadas(os), boa tarde,

Encaminhamos, em anexo, o Ofício nº 002/2025/CVMJR/UNIRIO, que trata de proposta de revogação dos títulos de Doutor Honoris Causa concedidos ao Sr. Jarbas Gonçalves Passarinho e ao Sr. Tarso de Moraes Dutra por esta universidade na data de 4 de setembro de 1973.

Em complemento ao referido ofício, enviamos a minuta de resolução e o Relatório elaborado pelo Grupo de Sistematização da CVMJR/UNIRIO contendo a exposição detalhada e documentada dos motivos que justificam a revogação dos títulos honoríficos mencionados.

Solicitamos a inclusão deste item na pauta da próxima sessão do Conselho Universitário e que a matéria completa seja disponibilizada previamente para apreciação por parte das(os) conselheiras(os).

Muito obrigado.

Atenciosamente,

--



Vitor Halfen
Coordenador - Grupo de Sistematização
Comissão da Verdade Memória Justiça e Reparação
Luiz Renê Silveira e Silva

Av. Pasteur, 296 - Urca , RJ

cvmjr@unirio.br

3 anexos**CVMJR-OF-2025-02assinado.pdf**

122K

**CVMJR UNIRIO - Minuta de Resolução - Passarinho e Dutra.pdf**

67K

**CVMJR - Relatório DHC Passarinho-Dutra.pdf**

3737K

Ofício nº 002/2025/CVMJR/UNIRIO - Inclusão de Pauta - Revogação de Títulos DHC

Reitor <reitor@unirio.br>

18 de agosto de 2025 às 12:05

Para: secretaria-conselhos _ <secretaria-conselhos@unirio.br>

Cc: Graça Madeira <graca.madeira@unirio.br>, Chefia de Gabinete UNIRIO <chefiadegabinete@unirio.br>

À SCS:

Para inclusão na pauta do próximo CONSUNI.

Favor acusar o recebimento.

Atenciosamente,

José da Costa Filho

Reitor

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Av. Pasteur, 296, Prédio da Reitoria, 22290-240,

Urca, Rio de Janeiro, RJ

21-2542-7350/2542-7351

www.unirio.br

[Texto das mensagens anteriores oculto]



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão da Verdade Memória Justiça e Reparação Luiz Renê Silveira e Silva

Ofício nº 002/2025/CVMJR/UNIRIO

Rio de Janeiro, 5 de agosto de 2025

À Secretaria dos Conselhos Superiores da UNIRIO

Assunto: Revogação dos títulos de Doutor Honoris Causa concedidos a Tarso de Moraes Dutra e Jarbas Gonçalves Passarinho

Prezadas e prezados membros do Conselho Universitário,

Tendo em vista as atribuições definidas pela Resolução SCS nº 5.899, de 27 de novembro de 2024, que dispõe sobre a regulamentação do funcionamento da Comissão da Verdade, Memória, Justiça e Reparação “Luiz Renê Silveira e Silva”, para apurar os fatos e responsabilidades ocorridos no âmbito da UNIRIO durante o período compreendido entre 1964 e 1988, viemos por meio deste solicitar formalmente a revogação dos títulos de Doutor Honoris Causa concedidos ao Sr. Jarbas Gonçalves Passarinho e ao Sr. Tarso de Moraes Dutra por esta universidade na data de 4 de setembro de 1973.

A motivação principal é a atuação comprovada dos titulados no âmbito das sistemáticas e generalizadas violações aos direitos humanos ocorridas durante a ditadura empresarial-militar brasileira, notadamente à frente do Ministério da Educação e Cultura, resultando em graves consequências para a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e seu corpo social, bem como para as demais instituições de ensino e para o conjunto da sociedade brasileira.

Encaminhamos em anexo a minuta de resolução e o Relatório elaborado pelo Grupo de Sistematização da CVMJR/UNIRIO contendo a exposição detalhada e documentada dos motivos que justificam a revogação dos títulos honoríficos mencionados.

Atenciosamente,



Documento assinado digitalmente

VITOR HALFEN MOREIRA

Data: 05/08/2025 13:13:09-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Coordenador - Grupo de Sistematização
Comissão da Verdade, Memória, Justiça e Reparação Luiz Renê Silveira e Silva



UNIRIO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria dos Conselhos Superiores

RESOLUÇÃO SCS Nº ____, DE ____ DE _____ DE 2025

Dispõe sobre a revogação dos títulos de
Doutor Honoris Causa concedidos a Jarbas
Gonçalves Passarinho e Tarso de Moraes
Dutra.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSUNI), no uso da competência que lhe atribui
o Art. 8º do Estatuto da UNIRIO,

CONSIDERANDO a responsabilidade social da Universidade, como instituição do saber
comprometida com o direito à memória e à verdade histórica, o direito à justiça e a defesa
dos valores democráticos.

CONSIDERANDO as justificativas expostas no relatório elaborado pela Comissão da Verdade,
Memória, Justiça e Reparação “Luiz Renê Silveira e Silva”.

RESOLVE:

Art. Fica revogada a Resolução não numerada da Sessão do Conselho Federativo
da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara – FEFIEG, de 4 de
setembro de 1973, que confere Título de “DOUTOR HONORIS CAUSA” aos senhores
Jarbas Gonçalves Passarinho e Tarso de Moraes Dutra.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data.

José da Costa Filho
Reitor



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão da Verdade Memória Justiça e Reparação Luiz Renê Silveira e Silva

RELATÓRIO

JUSTIFICATIVA PARA REVOGAÇÃO DOS TÍTULOS HONORÍFICOS DE TARSO DE MORAES DUTRA E JARBAS GONÇALVES PASSARINHO

TARSO DE MORAES DUTRA

Tarso de Moraes Dutra (1914-1983) foi Ministro da Educação e Cultura entre 1967 e 1969 e, no seu mandato, responsável pela criação da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG), em agosto de 1969. Sua gestão foi marcada pelos acordos firmados pelo MEC com a agência estadunidense USAID e pelo aumento da influência externa dos Estados Unidos na definição das políticas educacionais brasileiras, em particular com a promulgação da Lei nº 5.540/68, que instituiu uma reforma do sistema universitário baseada nas propostas dos consultores estrangeiros.

Dutra também atuou como integrante da comissão que revisou o texto do Ato Institucional nº 5 (AI-5), o mais repressivo dos decretos do governo ditatorial, chegando a declarar em 1977 que “assinaria novamente o ato se fosse necessário”. Seu período à frente do MEC foi marcado por intensa repressão e conflitos com o movimento estudantil. Uma pequena cronologia dos fatos ao longo de 1968 nos ajudará a compreender o contexto político e o papel do então ministro da Educação:

1. Tarso Dutra assume o Ministério da Educação junto com Costa e Silva em 1967, a UNE já tinha sido fechada em 64. Mesmo na ilegalidade a UNE realizou alguns congressos importantes. Um deles em 1967 num mosteiro beneditino em Campinas. Várias passeatas ocorreram nesse ano em diversas cidades Brasileiras.
2. Em março de 1968, o restaurante Calabouço, local de alimentação para estudantes de baixa-renda, assim como local de mobilizações e passeatas, foi fechado. Uma série de manifestações ocorreram na busca por reabrir o restaurante. Numa dessas manifestações a polícia entra no local atirando e o estudante Edson Luís de Lima Souto é assassinado. Embora tenha dado a ordem de fechamento, Dutra reiteradamente eximiu-se de suas responsabilidades, deixando inclusive de se pronunciar com relação ao estudante assassinado (ver ANEXO I).
3. Em junho de 1968 várias manifestações ocorreram, com destaque para a de 21 de junho, na qual os estudantes que ocuparam o prédio do MEC foram recebidos com barricadas na avenida Rio Branco, onde se deu o choque com a polícia, “O confronto só terminou às 20 horas, com um saldo de 28 mortos, segundo informações dos hospitais — ou três, segundo a versão oficial —, centenas de feridos, além de mil prisões (ANEXO II). O episódio ficou conhecido como a ‘Sexta-Feira Sangrenta’”¹.
4. Uma grande passeata é convocada em 26 de junho, a Passeata dos Cem Mil, como uma forma de protesto contra as mortes, as prisões e a violência policial.
5. Em 16 de julho, Tarso Dutra defende no Conselho de Segurança Nacional o recrudescimento do regime militar e o aumento dos poderes ditatoriais, declarando: “Ou a revolução se arma de poderes e continua ou deixará de corresponder integralmente à sua destinação histórica”². Nesse contexto, Dutra foi um dos primeiros integrantes da alta cúpula do governo a defender a edição

¹ Verbete Passeata dos cem mil - CPDOC - Sergio Lamarão

² Ata da 41ª Sessão do Conselho de Segurança Nacional



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão da Verdade Memória Justiça e Reparação Luiz Renê Silveira e Silva
de um novo Ato Institucional que aumentasse os poderes do governo ditatorial e restringisse as liberdades democráticas vigentes.

6. A repressão policial contra os estudantes se intensifica em agosto. No dia 29, é comandada uma violenta invasão policial no campus da Universidade de Brasília (UnB). Dezenas de estudantes, professores e técnicos são presos, dentre eles o presidente da Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília (FEUB), Honestino Guimarães³. Honestino desapareceu após ser preso pela quarta vez pelas forças de segurança do Estado, em outubro de 1973⁴.
7. Em 12 de outubro, o Congresso da UNE em Ibiúna (SP) é invadido pela polícia e centenas de estudantes são presos.
8. Em 13 de dezembro de 1968 é promulgado o AI-5. Tarso Dutra e Jarbas Passarinho defenderam a medida no Conselho de Segurança Nacional.

Após o AI-5, Dutra atuou para consolidar e ampliar o aparato de vigilância e repressão no Ministério da Educação e Cultura e nas universidades. Em janeiro de 1969, criou a Comissão de Investigação Sumária do MEC (CISMEC) que atuava conjuntamente com a Divisão de Segurança e Informação (DSI/MEC), vinculada ao Serviço Nacional de Informações (SNI). Dutra teve também atuação direta na propositura e instituição do Decreto-Lei nº 477/1969. Rodrigo Patto Sá Motta aponta que o conteúdo do Decreto contava com a aprovação de Tarso Dutra desde a primeira versão do texto, ainda mais severa do que a versão final aprovada pelo Conselho de Segurança Nacional e promulgada em fevereiro de 1969⁵.

Ao longo de 1969, amparado pelas disposições autoritárias do AI-5, do Ato Complementar nº 39 e do Decreto nº 477, Dutra comandou uma verdadeira política de perseguição e expurgo de funcionários do MEC e de professores, técnicos e estudantes nas universidades, operando o sistema de controle e repressão formado pela DSI/MEC, CISMEC e seu próprio gabinete ministerial⁶. O Ofício nº 21/1969, por exemplo, traz uma das muitas listagens de professores e funcionários investigados e punidos pela CISMEC⁷ (ver ANEXO III). Foram inúmeros os casos de demissão e aposentadoria compulsória com base em justificativas ideológicas, políticas, morais e comportamentais. Parte dos arquivos da DSI/MEC e da CISMEC desse período encontram-se sob tutela do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul no Arquivo Particular Tarso Dutra, disponíveis para consulta pública⁸.

O Movimento Estudantil da Guanabara foi alvo de monitoramento e espionagem por parte da DSI/MEC, como fica evidente, por meio do Encaminhamento nº 13 e dos Ofícios nº 14 e nº 21⁹, que apresentam nomes das lideranças e discursos considerados subversivos monitorados pelo Ministro Tarso Dutra (ver ANEXO IV).

No caso da UNIRIO, a atuação da DSI/MEC durante o período de Dutra teve impactos diretos sobre o Instituto Villa-Lobos. Entre 1968 e 1969 a DSI/MEC espionou e investigou a totalidade do corpo docente da unidade, encarada pelos militares como um foco de subversão. A perseguição sistemática

³ UNB. Relatório da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília. Brasília: FAC-UnB, 2016.

⁴ Comissão Nacional da Verdade - Relatório, vol. III, p. 1320-1324.

⁵ Motta, 2014, p. 156.

⁶ Motta, 2014, p. 176-184.

⁷ APTD 03.5.2.2-012 (ver anexos)

⁸ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo BR RSAHRS APTD - Arquivo Particular Tarso Dutra. Disponível em: <https://arquivos.cultura.rs.gov.br/index.php/br-rsahrs-apttd-1>.

⁹ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo BR RSAHRS APTD - Arquivo Particular Tarso Dutra. Disponível em: <https://arquivos.cultura.rs.gov.br/index.php/br-rsahrs-apttd-1>.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão da Verdade Memória Justa e Reparação Luiz Renê Silveira e Silva

culminou na demissão de pelo menos quatro professores em 1969, com justificativas políticas: César Guerra Peixe, Jorge de Freitas Antunes, José Gaspar Nunes Gouveia e Esther Scliar¹⁰. No Ofício confidencial DSI/SBDI/MEC/68, de 9 de maio de 1968¹¹ constam os nomes de 31 docentes do IVL investigados, com a indicação de demissão de oito destes (ANEXO V). O documento, endereçado ao gabinete de Tarso Dutra, evidencia que o então ministro teve participação direta na tomada de decisão sobre as perseguições e demissões sumárias de docentes no IVL.

JARBAS GONÇALVES PASSARINHO

Jarbas Gonçalves Passarinho (1920-2016) foi coronel do Exército e teve papel central na sustentação do governo ditatorial, ocupando cargos estratégicos. Passarinho foi governador interventor do Estado do Pará (1964-1966), Ministro do Trabalho e Previdência Social durante o governo Costa e Silva (1966-1969) e Ministro da Educação e Cultura do governo Médici (1969-1974).

Passarinho foi um agente da política de repressão e perseguição desde as primeiras horas do Golpe de 1964. Enquanto a sede da UNE no Rio de Janeiro era invadida e incendiada, Passarinho comandava a invasão da União Acadêmica Paraense (UAP), em Belém (PA), por tropas do Exército.

Também em 1º de abril [de 1964], em Belém, por volta das 19 horas, a sede da União Acadêmica Paraense (UAP) foi invadida por tropas do Exército que depredaram o local, inclusive o teatro de arte popular, Parauara, uma versão do CPC da UNE. A invasão da UAP foi articulada pelo coronel Jarbas Passarinho e por fazendeiros da Ilha de Marajó e resultou na prisão de Pedro Galvão, estudante de Direito e presidente da entidade. Galvão ficou preso no quartel-general da 8ª Região Militar por mais de 50 dias e foi indiciado em Inquérito Policial-Militar.¹²

Em junho de 1964, Jarbas Passarinho foi nomeado pelo general Castelo Branco para substituir o governador eleito do Estado do Pará, deposto pelo governo ditatorial.

Como Ministro do Trabalho e Previdência Social, Jarbas Passarinho foi responsável por organizar a repressão ao movimento de trabalhadores de diversos setores e por neutralizar a ação de entidades sindicais. Em sua gestão, mais de uma centena de sindicatos sofreram intervenção direta do governo com a destituição dos dirigentes eleitos¹³. Notadamente, Passarinho atuou de forma direta na repressão às greves de Osasco e Contagem, em 1968, com relatos de prisões e torturas das lideranças grevistas¹⁴ (ver ANEXO VI).

Ainda em 1968, Jarbas Passarinho foi um dos signatários do Ato Institucional nº 5 (AI-5), instrumento que institucionalizou a suspensão de garantias constitucionais, a censura, a repressão violenta aos cidadãos considerados opositores e o fechamento do Congresso Nacional. Mais do que mero signatário,

¹⁰ Conforme depoimento de Jorge Freitas Antunes à revista *Ensaio Teatro* (1980) e Informação nº 197/SNI/ARJ/69 (BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.69001762).

¹¹ BR RSAHRS APTD 03.5.1.2-9 - Ofício confidencial DSI/SBDI/MEC/68 (ver anexo). Disponível em: <https://arquivos.cultura.rs.gov.br/index.php/br-rsahrs-aptd-03-5-1-2-9>.

¹² Comissão Nacional da Verdade - Relatório, vol. II, p. 269.

¹³ Relatório Final - Projeto “Memórias da Ditadura na UFF” do GTHMD da ADUFF-SSind (2018), p. 207-208.

¹⁴ Gaspari (2014), p. 312-313.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão da Verdade Memória Justiça e Reparação Luiz Renê Silveira e Silva

sua conhecida declaração na reunião do Conselho de Segurança Nacional que deliberou sobre o AI-5 assumia o caráter ditatorial da medida e a defendia de maneira efusiva:

Eu seria menos cauteloso do que o próprio ministro das Relações Exteriores, quando diz que não sabe se o que restou caracterizaria a nossa ordem jurídica como não sendo ditatorial, **eu admitiria que ela é ditatorial. Mas, às favas, senhor presidente, neste momento, todos, todos os escrúpulos de consciência.**¹⁵ (grifo nosso)

Jarbas Passarinho assumiu a pasta da Educação em novembro de 1969. No comando do MEC, deu continuidade e aprofundou o aparato repressivo criado durante a gestão de Tarso Dutra e acelerou o ritmo de implantação da Reforma Universitária anunciada em 1968.

Em pesquisa documental realizada no âmbito desta Comissão, revela-se que Jarbas Passarinho teve participação direta como Ministro de Estado da Educação e Cultura nas seguintes ações que atentaram contra a autonomia universitária e representaram importantes violações aos direitos humanos:

1) Aplicação sistemática do Decreto-Lei nº 477/1969 que permitia a punição de estudantes, técnicos e docentes considerados subversivos, com medidas como a expulsão ou demissão sumária das universidades e a proibição de matrícula em qualquer instituição de ensino superior por três anos para estudantes, e pena de cinco anos de desligamento para professores e funcionários. Para além dos diversos casos em que o Decreto 477 foi aplicado até as últimas consequências sobre diversos indivíduos, em clara violação aos direitos básicos, sua mera existência foi responsável por instituir um regime de terror psicológico, censura e perseguição que vigorou nas universidades com muita intensidade durante toda a década de 1970, mas que deixa marcas no ambiente universitário até os dias de hoje;

2) Criação das Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI) nas universidades, as quais tinham como atuação identificar e monitorar como forma de controle ideológico supostos elementos subversivos dentro das instituições de ensino superior, subordinadas ao Serviço Nacional de Informação (SNI). As AESIs ou ASIs representaram uma ampliação e ramificação da chamada “comunidade de informações” da ditadura dentro das universidades. Em janeiro de 1971, todas as universidades federais foram obrigadas a nomear um responsável pela ASI. O relatório da Comissão Nacional da Verdade aponta a existência de pelo menos 43 ASIs vinculadas à DSI/MEC, sendo 36 vinculadas à instituições de ensino superior, cinco assessorias regionais e as demais ligadas a outros órgãos da área de educação e cultura¹⁶.

3) Criação e aplicação do Decreto nº 69.053, de 11 de agosto de 1971, que dava ao ministro da Educação e Cultura poderes exclusivos para decidir sobre o mérito quanto à organização de congressos científicos e competições artísticas ou esportivas, bem como quanto à participação de estudantes nesses eventos. A medida representou mais um golpe contra a autonomia universitária e a liberdade de organização estudantil, já bastante restrita naquele momento, além de reforçar a centralização de poder do MEC.

4) No caso da UNIRIO, durante a gestão de Jarbas Passarinho a frente do MEC foi continuada a política de expurgo de estudantes e servidores e intervenção ideológica. No início dos anos 1970, o então diretor do IVL, Reginaldo de Carvalho, foi também alvo de investigação da DSI/MEC¹⁷ (ver ANEXO VII). O

¹⁵ Folha de S. Paulo. 1968 - ATO INSTITUCIONAL Nº 5. Jarbas Passarinho – Íntegra do voto. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/personas/jarbasPassarinho.html>

¹⁶ CNV - Relatório, vol. II, p. 288-289.

¹⁷ Informação nº 462/SNI/ARJ/70, de 01/07/1970. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.70015056



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão da Verdade Memória Justa e Reparação Luiz Renê Silveira e Silva

processo de perseguição a Carvalho culminou na sua saída forçada do cargo, em 1972. Para substituí-lo, foram nomeados pelo MEC o general Jayme Ribeiro da Graça, para o cargo de diretor, e o general Cadmo Carlos de Moura, para a vice-diretoria. Ambos os generais eram de formação médica, responsáveis por disciplinas de educação moral e cívica no Instituto. A intervenção no IVL instaurou um ambiente de tensão e vigilância ideológica e pedagógica¹⁸. Depoimentos coletados por esta Comissão relatam, por exemplo, que o general Graça pessoalmente assistia as aulas de outros colegas docentes, numa clara atitude de intimidação e monitoramento do corpo docente e discente.

CONCESSÃO DOS TÍTULOS HONORÍFICOS

O processo de concessão de títulos honoríficos universitários aos ditadores e a outras personalidades de poder da ditadura empresarial-militar configurou uma estratégia política dupla naquele período. De um lado, o governo ditatorial buscava se utilizar deste meio para realizar propaganda de seus feitos e forjar uma falsa legitimação de sua imagem no ambiente universitário, ao mesmo tempo em que impunham violentos e graves ataques às universidades e seus membros. Por outro lado, as gestões universitárias alinhadas ao governo lançavam mão da concessão dos títulos honoríficos como forma de demonstrar lealdade ao governo e adular alguns de seus representantes, com o intuito de alcançar maior destaque junto ao governo e tentar obter possíveis vantagens em contrapartida¹⁹.

Além dos generais que assumiram a Presidência da República no período ditatorial, diversos ministros também receberam titulações deste tipo, destacadamente os ministros Tarso Dutra e Jarbas Passarinho, justamente em função da “proximidade” com a pasta da educação. A pesquisa documental realizada no âmbito desta Comissão aponta pelo menos 9 títulos honoríficos concedidos ao ex-ministro Tarso Dutra e 8 títulos honoríficos concedidos ao ex-ministro Jarbas Passarinho entre 1967 e 1976.

No caso da UNIRIO, a concessão dos títulos de Doutor Honoris Causa a ambos foi proposta pelo então diretor da Federação de Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG), o general do Exército e professor Alberto Soares de Meirelles. A concessão dos títulos foi aprovada pelo Conselho Federativo da FEFIEG na sessão de 4 de setembro de 1973, nos seguintes termos:

Em Sessão realizada no dia 04 de setembro do corrente ano o Conselho Federativo tomou as seguintes resoluções:

a) Conferindo por proposta desta Presidência, o Título de “DOUTOR HONORIS CAUSA”, ao Exmo. Senhor Senador JARBAS GONÇALVES PASSARINHO, Ministro de Estado da Educação e Cultura, pela destacada, lúcida e operosa gestão que vem exercendo a frente dos destinos da sua pasta e a importância que tem dado a educação no desenvolvimento do País; e ao Exmo Senhor Senador TARSO DE MORAES DUTRA, por ter sido o criador da FEFIEG, no ano de 1969, quando Ministro de Estado da Educação e Cultura.²⁰

Nos últimos anos, sobretudo com o advento da Lei de Acesso à Informação e após o início dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade e de diversas Comissões Universitárias da Verdade, tem se multiplicado ações fundamentais de justiça e reparação nas universidades públicas. Dentre as ações

¹⁸ Para inúmeros relatos deste período, cf. Instituto Villa Lobos (2017).

¹⁹ Sobre a política de títulos honoríficos à representantes da ditadura, cf. Relatório Final - Projeto “Memórias da Ditadura na UFF” do GTHMD da ADUFF-SSind (2018), p. 204-207.

²⁰ FEFIEG. Boletim Semanal nº 037, de 21 de setembro de 1973 (ver anexo).



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão da Verdade Memória Justiça e Reparação Luiz Renê Silveira e Silva

propostas está a revogação dos títulos honoríficos concedidos a personalidades que tiveram atuação relevante no processo sistemático e generalizado de violações de direitos humanos ocorrido no país durante a ditadura empresarial-militar implantada entre 1964 e 1985.

Recentemente, o Colégio Pedro II procedeu a retirada do título honorífico concedido a Tarso de Moraes Dutra (2025). Diversas universidades e instituições de ensino também já procederam a retirada do título de Doutor Honoris Causa a Jarbas Gonçalves Passarinho, como: UNICAMP (2021), UFRJ (2021), UFPEL (2024), UFRGS (2024), UFF (2025) e Colégio Pedro II (2025) (ver anexos).

CONCLUSÃO

Diante do exposto, consideramos que a manutenção destas honrarias a dirigentes públicos com histórico comprovado de participação em um regime ditatorial vai de encontro aos valores que esta Universidade deve defender, conforme expresso no seu Estatuto, entre eles o compromisso com a democracia, a verdade histórica, a autonomia universitária, os direitos humanos e a justiça social.

Nesse sentido, **recomendamos que seja encaminhada ao Conselho Universitário (CONSUNI) proposta de revogação dos títulos de Doutor Honoris Causa de Tarso de Moraes Dutra e Jarbas Gonçalves Passarinho**, para deliberação à luz de um processo transparente, público e coerente com os princípios institucionais e os trabalhos da Comissão da Verdade, Memória, Justiça e Reparação “Luiz Renê Silveira e Silva”.

Reiteramos que esta medida não visa apagar a história, mas promover uma reparação simbólicas às inúmeras vítimas da ditadura empresarial-militar pertencentes ou não ao corpo social da UNIRIO e reafirmar o posicionamento ético da Universidade diante dos fatos históricos, à luz do que hoje compreendemos como inegociável: a defesa da dignidade humana e da democracia.

Grupo de Sistematização

Comissão da Verdade, Memória, Justiça e Reparação Luiz Renê Silveira e Silva



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão da Verdade Memória Justiça e Reparação Luiz Renê Silveira e Silva

REFERÊNCIAS

- ADUFF-SSIND. “Atitudes de Rebeldia”: As formas da universidade tecnocrática, o aparato vigilante/repressivo e as resistências dos professores da UFF durante a ditadura. Relatório Final - Projeto “Memórias da Ditadura na UFF” do GTHMD da ADUFF-SSind. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Usina Editorial, 2018.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Volume I. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Volume II. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Volume III. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf. em: 25 nov. 2020.
- ENSAIO TEATRO. Praia do Flamengo, 132. Vol. 3, Rio de Janeiro, 1980.
- FEFIEG. Boletim Semanal nº 037, de 21 de setembro de 1973.
- GASPARI, E. A ditadura envergonhada. As ilusões armadas, vol. 2. Rio de Janeiro: ed. Intrínseca, 2014.
- INSTITUTO VILLA LOBOS. IVL 50 anos: edição comemorativa / Instituto Villa-Lobos; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Letras e Artes. Rio de Janeiro: UNIRIO/CLA/IVL, 2017.
- MOTTA, R. P. S. As universidades e o regime militar. São Paulo: Zahar, 2014.
- UNB. Relatório da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília. Brasília: FAC-UnB, 2016.

ARQUIVOS CONSULTADOS

Arquivo Central da UNIRIO
Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
Arquivo Nacional
Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital

EQUIPE DE PESQUISA

CVMJR – Grupo de Sistematização

Isabela Costa da Silva
Vitor Halfen
Vicente Aguilar Nepomuceno de Oliveira

Bolsistas

Maria Eduarda Santos Padrão
Mayara dos Santos Marques Fraga

Voluntárias

Isabela Simões Maia
Gabrielle Pinto Motta

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão da Verdade Memória Justiça e Reparação Luiz Renê Silveira e Silva

ANEXO I

AVENIDA - G. B.
 5-Sala-2325
 ANEXO I - MEMÓRIA
 DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO
 DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO
 DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO

Correio da Manhã

DIRETORIA
 N. PAULO FILHO
 A. ROQUEIRA DE FARIAS

EDMUNDO BITTENCOURT - PAULO BITTENCOURT

RIO DE JANEIRO, SEXTA-FEIRA, 21 DE MARÇO DE 1988

N.º 21.993 - ANO LXVII

Av. Getúlio Vargas, 411

POLÍCIA MILITAR MATA ESTUDANTE

NEGRÃO AFASTA GEN. NIEMEYER

O Palácio Guanabara distribuiu duas notas à imprensa relacionando a morte do estudante Edson Luís Lima Souto, na primeira, o governador Negrão de Lima afirmou que não havia nenhuma informação que lhe possibilitasse afirmar. Na segunda, afastou do cargo de Superintendente da Polícia Executiva o general Osvaldo Niemeyer Lisboa.

As notas são as seguintes, na íntegra: "Estou profundamente chocado com as mortes ocorridas na cidade. Encontrava-me em Palácio, quando me foi comunicado pelo secretário de Segurança o inesperado acontecimento. Imediatamente, ordenei a libertação dos estudantes presos."

"No momento, estou recolhendo as informações iniciais e essenciais à caracterização preliminar das responsabilidades reatando-me do espírito comovido da surpresa, pois sempre fui sempre profundamente comprometido e ordeno, sem recuos a processos que pudessem ocasionar atos como o de hoje à noite. Tão logo esteja munido, ainda hoje, de elementos de decisão, enunciarei as providências cabíveis e informarei a comunidade. O episódio da autoridade em nosso Estado, essencial ao trabalho de toda a comunidade, restaurar o mais rápido possível o ambiente de difusão político-social que desceio manter e manter na Guanabara."



A DURA PROVA

Corpo de Edson Luís Lima Souto, 18 anos, morto pela PM, foi levado à Assembleia como a prova mesma do crime, e o estéril é hoje a tardo

A Polícia Militar da Guanabara transformou, ontem, a morte de Edson Luís Lima Souto, em uma verdadeira praça de guerra, matando um estudante, ferindo outro e mais um servidor do INPS, após vários tiros de revólver e de espingarda. Os policiais, de uma passeata, de protesto contra as condições de higiene do restaurante. Os policiais, de uma passeata, de protesto contra as condições de higiene do restaurante. Os policiais, de uma passeata, de protesto contra as condições de higiene do restaurante.

O capitão Alcindo Costa, do Batalhão Motorizado da PM, foi o autor do disparo que atingiu Edson. Os feridos são Frazão Dutra, estudante, e um servidor do INPS, Edson Luís Lima Souto, do por seus colegas para a Assembleia Legislativa, de onde saiu, hoje, às 17h30min, o seu corpo.

A ação policial no Calabouço foi desencadeada de surpresa e ocorreu quando numerosos alunos estavam reunidos no restaurante para uma reunião de bola de grosso calibre.

Depois de levado, em passeata, o cadáver de Edson para a Assembleia Legislativa, a polícia se retirou do restaurante, enquanto desfilavam pelas ruas, dispostos, vários colegas do jovem. Pouco depois, duas bombas foram lançadas por soldados da Polícia Militar a Escola Nacional de Belas Artes, onde os alunos permanecem alguns alunos. Saliram feridos os estudantes Waldir Gilberto Bittencourt e André Bittencourt, além do irmão do Edson, Paulo Bittencourt. Simultaneamente, uma das vitrines do prédio da Embaixada



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão da Verdade Memória Justiça e Reparação Luiz Renê Silveira e Silva

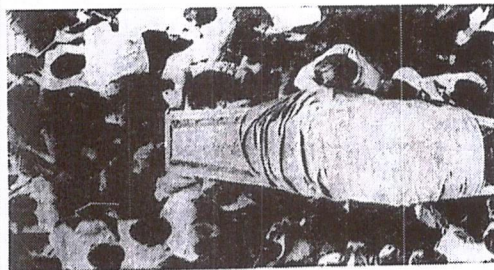
Chen, M., 1999. *Journal of Macroeconomics* 21, 475-494.

Ministério

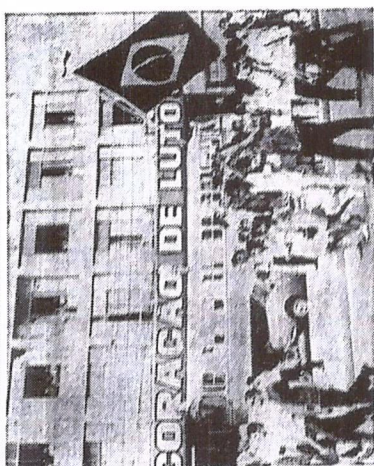
ignora luto
respeitado
em todo o País

[illegible]

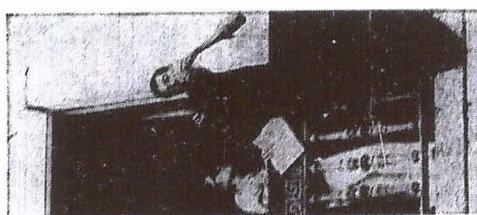
CONTROL



REFERENCES AND NOTES



CONTRACT



8-59693-1



SOLGAR BRANDS





UNIRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão da Verdade Memória Justiça e Reparação Luiz Renê Silveira e Silva

PRONHIZO, MAS O PRESIDENTE DO CRETON GREVE DE 48 HORAS.

Tarso diz que nada tem com Calabouço

Pôrto Alegre (Socursal) — O Ministro da Educação, Sr. Tarso Dutra, inquirido pelo JB a respeito das acusações veiculadas que lhe fez o Governador Negrão de Lima, preferiu não dar uma entrevista formal, redigindo uma nota em que afirma não ter o MEC nada mais a ver com o restaurante estudantil do Calabouço.

Quanto à sua presença no Rio Grande do Sul, quando os acontecimentos estariam a exigir sua ação no Centro do País, esclareceu o Sr. Tarso Dutra, em uma segunda nota, que está preparando as condições de funcionamento do Governo federal em Pôrto Alegre e que o MEC considera estudante quem está dentro das escolas assistindo às aulas. Nas ruas — disse —, "no exercício de seus direitos civis, o problema é político".

A DEPESA

A primeira nota do Ministro Tarso Dutra está assim redigida:

"Embora sejam muito tristemente atribuídas ao Governador Negrão de Lima declarações que atingem a área do

atuação do Ministério da Educação e Cultura, devo acudir ao assunto e definir, de uma vez por todas, as responsabilidades.

O restaurante do Calabouço não pertence mais, há quase dois anos, à administração do MEC. Decreto-lei do Governo anterior e despacho expresso do Presidente da República vincularam esse setor de atividades à COBAL, que não é órgão da Educação e sim empresa de economia mista.

Durante alguns meses do ano passado, apenas para que o restaurante não fechasse, o MEC consentiu, a título de colaboração, em dar um auxílio de R\$ 100 mil mensais para o funcionamento daquele serviço, antes de passá-lo em definitivo para a COBAL.

Nada, portanto, tem que ver o MEC com o restaurante do Calabouço. Envolver o mesmo Ministério no assunto, atribuindo encargos que lhe não pertencem, será consequência de lamentável desinformação, ou que seria mais grave, tentativa de confundir a opinião pública em ocorrências de tão grave repercussão".

A segunda nota do Ministro da Educação é esta:

"Esou em Pôrto Alegre cumprindo meus deveres de Ministro, preparando as condições de funcionamento do Governo, na área da Educação e Cultura, a partir dos próximos dias (amanhã)".

Nenhuma providência cabe ao meu Ministério que exige a presença do Titular no Rio, em face do lamentável episódio do Calabouço. Estudante, para o MEC, é o aluno de classe, dentro da universidade, frente ao professor. Suas atividades de rua, relacionadas com o exercício dos direitos civis, ficam situadas na área de trabalho da Polícia do Estado, pois nenhum Ministério da República, e muito menos o da Educação e Cultura, tem atribuições políticas ou de controle da ordem pública.

O inquerito decorrente dos delitos praticados e da competência específica das autoridades policiais, e o julgamento dos crimes, atribuição dos órgãos judiciais próprios.

O Ministro redigiu as duas notas no gabinete do Rector da

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor Fenscen Milano, no sexto andar da Rectoria, onde está instalado o Ministério da Educação.

Após escrever as notas a pedido do JB, o Sr. Tarso Dutra atendeu a sugestão de seu Chefe de Gabinete, e determinou que as mesmas fossem encaminhadas a todos os jornais e rádios de Pôrto Alegre.

SUPPLY NÃO ACREDITA

Cartilha (Correspondente) — O Rector Plácido Suplicy de Lacerda disse que não acredita que os estudantes paranaenses promovam manifestações por causa da morte do colega no Rio "porque o fato se deu em outro Estado".

— Entretanto — salientou o Rector da Universidade Federal do Paraná — é possível que o Diretório Central dos Estudantes coloque bandeira de luto em sua sede. Isso não quer dizer nada, pois o DCE sempre está de luto ou protestando contra alguma coisa. Eu acho que eles têm a fome e daí o descontentamento.

Jornal do Brasil, 31 de março de 1968



UNIRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão da Verdade Memória Justiça e Reparação Luiz Renê Silveira e Silva

DIRETOR-PRESIDENTE
ROMAN MOHR SOBR. BITTENCOURT
DIRETOR SUPERINTENDENTE
OSVALDO PERALVA

Av. Gama Peixinho, 411

Correio da Manhã

EDMUNDO BITTENCOURT — PAULO BITTENCOURT

RIO DE JANEIRO, QUARTA-FEIRA, 17 DE ABRIL DE 1968

ESTUDANTES VOLTAM ÀS RUAS PELO RESTAURANTE

Com o Calabouço definitivamente fechado, segundo decisão do ministro Tasso Dutra, em reunião, segunda-feira, com o governador Negrão de Lima, os estudantes que se serviam daquele restaurante estão decididos a realizar na próxima sexta-feira uma passeata nas ruas centrais da cidade, protestando, também, contra a extinção do Instituto Cooperativo de Ensino que funcionava ao lado, com os cursos do Art. 9º e pré-vestibular.

Da conversa do governador com o ministro da Educação, ficou decidido que o Governo federal, através de decreto, criará uma bolsa de alimentação dos seus cruzados novos, dando também condições para que as escolas estaduais absorvam os alunos matriculados no ICE.

GAMA NAO FECHOU

O Ministério da Justiça informou, ontem, a propósito de notícia de que o Restaurante dos Estudantes, no Calabouço, teria sido fechado ou interdito no dia 28 de março último por ordem do ministro Gama e Silva, que aquela Pasta não teve nenhuma interferência direta ou indireta no assunto, carecendo, pois, de qualquer fundamento, as notícias divulgadas a respeito.

De acordo com informações colhidas no Ministério da Educação e Cultura, o ministro Tasso Dutra apresentou ontem ao presidente Costa e Silva três alternativas para a solução do problema do Restaurante Estudantil do Calabouço.

Na primeira hipótese, no caso de o Governo desistir a manutenção do atual restaurante, deverá ser criada uma secretaria de assistência social, estruturada pelo MEC, com a participação ou não de estudantes, para o levantamento dos que são efetivamente estudantes — isto é os que estão realmente matriculados em colégios ou entidades de ensino registrados legalmente no Ministério da Educação e Cultura — com eliminação dos comensais dos artigos 9º e 9º.

As duas outras propostas seriam a bolsa de alimentação, em forma de dinheiro, fornecida aos estudantes realmente carentes de recursos, ou o fornecimento de tickets para que a alimentação fosse feita em restaurantes da COBAL, e outros restaurantes do Governo.

Os alunos da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro marcaram para hoje, às 11h, uma assembleia geral para decidir sobre o problema de seu restaurante, que permanece fechado desde o início das aulas.

SNI DESCOSTA O PRESIDENTE POR NOTÍCIAS FALSAS

O presidente Costa e Silva, segundo informam seus assessores diretos, não está satisfeito com as atividades do SNI porque aquele órgão não vem correspondendo às necessidades de informações que o Governo realmente necessita, principalmente no que se refere a assuntos ligados à Segurança Nacional.

Aseguram, ainda que as informações fornecidas no chefe do Governo pelos setores competentes do SNI sobre os acontecimentos que abalaram o País, durante duas semanas, relacionados com a crise da política estudantil, foram totalmente diversas daquelas que o Serviço Secreto do Exército apurou e informou diretamente ao marechal Costa e Silva, principalmente as informações procedentes de São Paulo.

BILAC PINTO

O sr. Bilac Pinto, embaixador em Paris, regressará ao Brasil, dentro de oito dias, para manter conversações com o presidente Costa e Silva. Segundo informação de fonte idônea do Governo, será convidado a assumir o Ministério da Justiça, em substituição ao sr. Gama e Silva.

Nos círculos oficiais declara-se que a missão do sr. Gama e Silva na Pasta da Justiça está encerrada, com a conclusão dos projetos legislativos destinados a implementar a Constituição de 24 de janeiro. A

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão da Verdade Memória Justiça e Reparação Luiz Renê Silveira e Silva

ANEXO II

A HORA E A VEZ DOS PROFESSORES

"LIBERTEM NOSSOS ALUNOS"

Solidariedade Dos Mesitres



DIÁRIO ESCOLAR

Cerca de mil professores de todo o Estado da Guanabara realizaram concentração no pátio de MEC. Querem a libertação dos alunos presos.

Manifestações de Hoje Terão Dom Castro Pinto à Frente

Cerca de mil professores de todo o Estado da Guanabara realizaram concentração no pátio de MEC. Querem a libertação dos alunos presos.

Diário de Notícias, 26 de junho de 1968

CORREIO DA MANHÃ, Quarta-feira, 28 de Junho de 1963

MINISTRO NÃO SOLTA ESTUDANTE

O ministro Tasso Dutra, recusou a proposta da chefe do Departamento de Sociologia da PUC, professora Helena Lawin, de que o MEC fixasse um apelo às autoridades policiais militares para a libertação dos estudantes que continuam detidos.

A professora, o reitor da PUC, padre Leônidas Dias de Moura, e mais nove professores daquela Universidade foram recebidos ontem, pelo ministro da Educação e,

nesta ocasião, afirmaram que "a aprovação da proposta seria uma demonstração de sinceridade de propósitos das autoridades educacionais".

ELEGANCIA

Quando a professora terminou o seu pedido, o ministro sorriu e afirmou que "infelizmente" não poderia intervir. "Ficaria desajeitada, pois não é minha atribuição. Não sou culpado

pelas prisões, embora queiram me responsabilizar por tudo. Ninguém fez, no MEC, uma administração tão profícua e objetiva quanto eu. Mas há muita perturbação social, atualmente e isto, somado à burocracia, dificulta o diálogo entre os estudantes e o Governo."

Sobre a manifestação de hoje Tasso Dutra disse que "ao que sabe não haverá repressão policial. Tudo vai correr bem e a paz será pacífica".



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão da Verdade Memória Justa e Reparação Luiz Renê Silveira e Silva

ANEXO III
APTD 03.5.2.2-012

APTD 03.5.2.2-12/1



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Ofício nº 21/69

Em 13 de março de 1969

Do Comissão de Investigação Jurídica - C.I.J.

Ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação e Cultura

Assunto Encaminhamento (fap).

Sr. Ministro

- I - Anexos ao presente vão relacionados novos nomes que, no entender da Comissão que tenho a honra de presidir, devem ser objetos de medidas visando, diretamente, o interesse da Segurança Nacional.
- II - Como aconteceu à primeira relação, figuram na atual apenas nomes de indivíduos que, comprovadamente, têm realizado ou dado amparo ou cobertura à realização de atividades que se opõem, diretamente, aos interesses, não apenas da Revolução de Março de 64 como, estamos certos, aos objetivos nacionais permanentes do nosso país, a cujo serviço todos estamos.
- III - Por tais razões, e por estarmos seguros de que não faltarão as providências a serem determinadas pelo elevado patriotismo de V. Excia., valêmo-nos da oportunidade para apresentar-lhe as nossas expressões de respeito e mais elevada consideração.


Jorge Roaventura de Souza e Silva
Presidente da CISEC

Av. Franklin Roosevelt, 23
salas 1.100/1.110.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão da Verdade Memória Justa e Reparação Luiz Renê Silveira e Silva

APTD 03.5.2.2-12/2

S E C R E T O

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Exmo. Senhor Ministro da Educação e Cultura:

A relação abaixo contém novos nomes que, tendo sido examinados pelo CIGEC, entendem a nomear submeter ao exame de V. Excia.

Além dos nomes, figuram na relação as medidas propostas e os números das fls. das quais constam, em anexo, as razões que informaram as sugestões feitas.

NOME	MEIDAS SUGERIDAS	FLS.
<u>OFÍCIO Nº 21/69</u>		
1. Aluisio Pinonta	Aposentadoria dos cargos federais que ocupe.	1
2. Ari Mazzini Casarin	Idem.	3
3. Angelo Ricci	Idem.	4
4. Amílcar Viana Martins	Idem.	5
5. Armando Sôcrates Schnoor	Idem, e afastamento do C. Cultura.	6
6. Edith Melhem	Aposentadoria dos cargos federais que ocupe.	7
7. Cândido Ubaldino Gonzalez	Idem.	8
8. Carlos Dório Gonçalves Soares	Idem.	9
9. Carlos Maximiliano Fayet	Aposentadoria dos cargos que exerce na FA/UFRRGS e Instituto de Belas Artes.	10 <i>Vale a anexo</i>
10. Cássio Mendonça Pinto	Aposentadoria dos cargos federais que ocupe.	12
11. Celson Diniz Pereira	Idem.	13
12. Clarival do Prado Valadares	Idem, e dispensa das funções no C F Cultura.	14
13. Cleber Arnaud Mascarenhas	Aposentadoria dos cargos federais que ocupe. Remessa ao Ministro da Justiça.	15
14. Clovis Salgado	Aposentadoria dos cargos federais que ocupe. Afastamento das funções que exerce no C F Educação.	16

S E C R E T O



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão da Verdade Memória Justiça e Reparação Luiz Renê Silveira e Silva

APTD 03.5.2.2-12/3

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

15. Dalton Miranda	Aposentadoria dos cargos federais que ocupe. Encaminhamento ao Ministro da Justiça.	17
16. Dora Alcântara	Aposentadoria dos cargos federais que ocupe.	18
17. Dorneval Brigueiro	Idem, e afastamento das funções no C F Educação.	19
18. Eder Simões	Aposentadoria dos cargos federais que ocupe.	20
19. Edgard Godoy da Mata Machado	Idem.	21
20. Emílio Nabilde Rippol	Idem.	22
21. Enéas C. de Souza	Encaminhamento ao Ministro da Justiça para os devidos fins.	23
22. Ernesto Antônio Paganelli	Aposentadoria dos cargos federais que ocupe.	24
23. Ernildo Jacobs Stein	Idem.	25
24. Eri Taluá Tôsca de Freitas	Encaminhamento ao Ministro da Justiça para as providências cabíveis.	26
25. Fábio Lucas Gomes	Aposentadoria dos cargos federais que ocupe.	27
26. Fernando Vieira de Mello	Encaminhamento ao Ministro da Justiça para os devidos fins.	28
27. Gerd Alberto Bornheim	Aposentadoria dos cargos federais que ocupe.	29
28. Gilberto Braun	Encaminhamento ao Ministro da Justiça para os devidos fins.	30
29. Guido Antonio de Almeida	Aposentadoria dos cargos federais que ocupe.	31
30. Helena Lewin	Idem.	32
31. Isaac Noussatché	Idem.	33
32. Jayme Simão Portugal Goldstein	Idem, e encaminhamento ao Ministro da Justiça para os devidos fins.	34
33. João Carlos Brum Tôrres	Aposentadoria dos cargos federais que ocupe.	36
34. Joaquim José Barcelos Felizar do	Idem.	37
35. José Borges dos Santos Jr.	Imediato afastamento das funções no C F Educação.	38



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão da Verdade Memória Justiça e Reparação Luiz Renê Silveira e Silva

APTD 03.5.2.2 -12/4

Boa noite

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

3.

36. José Carlos Meneses Milano	Afastamento das suas funções no Conselho Federal de Educação.	39
37. José Luis Werneck da Silva	Aposentadoria dos cargos federais que ocupe. Encaminhamento ao Ministro da Justiça para os devidos fins.	41
38. José Pio de Lima Antunes	Idem.	42
39. Júlio Barbosa	Idem.	43
40. Leônidas Rangel Kansa	Idem.	44
41. Lourival Vilola Vianna	Idem.	45
42. Luiz Sérgio Dias	Remessa ao Ministro da Justiça para as medidas cabíveis.	46
43. Manoel Alves de Oliveira	Aposentadoria dos cargos federais que ocupe. Remessa ao Ministro da Justiça para as providências cabíveis.	47
44. Margelo Pereira Duarte Guimarães	Idem.	48
45. Maria Stella Paria de Amorim	Aposentadoria dos cargos federais que ocupe.	49
46. Marta Mair Monteiro	Idem, e ouvido o Min. da Justiça.	50
47. Osório da Rocha Diniz	Aposentadoria dos cargos federais que ocupe.	51
48. Otavio Guilherme Cardoso Alves Velho	Aposentadoria de todos os cargos federais que ocupe.	52
49. Pedro Parafita de Lessa	Idem.	53
50. Roberto Buys	Idem.	54
51. Rodolpho de Abreu Paring	Idem.	55
52. Rui de Souza	Idem.	56
53. Samir Siribac	Idem.	57
54. Samy Syrial	Idem.	58
55. Sílvio Carvalho Vasconcelos	Idem. Cassação direitos políticos por 10 anos.	59
56. Sônia Botelho Junqueira	Encaminhamento ao Ministro da Justiça para as providências cabíveis. Aposentad. cargos federais que ocupe.	60
57. Tarcísio Ferreira	Aposentadoria dos cargos federais que ocupe.	61
58. Vitor de Brito Velho	Idem.	62
59. Maria Andréa Rios Loyola	Idem.	63



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão da Verdade Memória Justa e Reparação Luiz Renê Silveira e Silva

ANEXO IV
APTD_03.5.1.5-005

APTD 03.5.1.5 - 5/2



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

CF. Nº 21 / DSI/SEDUF/MEC/68

Em 18 de junho de 1968

Do Diretor da Divisão de Segurança e Informações

Ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação e Cultura

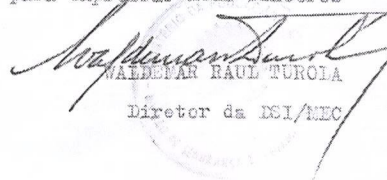
Assunto: Agitação para reabertura do calabouço

Excelentíssimo Senhor Ministro

Face a gravidade do informe anexo resolvi encaminhá-lo a Vossa Excelência para as medidas que achar cabíveis.

Junto também, vai uma cópia do Pedido de Busca enviado ao Magnífico Reitor da UFRJ.

Aproveito o ensejo para expressar meus sinceros votos de admiração e apreço.


WALDEMAR RAUL TUROLA
Diretor da DSI/MEC

CONFIDENCIAL

JIF/ado.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão da Verdade Memória Justiça e Reparação Luiz Renê Silveira e Silva

PTV 03.5.1.5 - 5/3

CONFIDENCIAL

Em reunião realizada na última sexta-feira à noite, na Faculdade de Química, ELINOR MENDES BRITO e os demais componentes da Diretoria da FULC (Frente Unida dos Estudantes do Calabouço), juntamente com outros líderes estudantis, entre os quais WLADI MIR TABLIERA, decidiram que, a partir de hoje, e apesar da solidriedade da União Nacional dos Estudantes, da União Metropolitana dos Estudantes e do Diretório Central dos Estudantes, que nunca lhes recusaram nenhum apoio, o movimento do Calabouço será feito somente na base da reabertura do restaurante.

Segundo informações, teria o líder ELINOR MENDES BRITO, após a programação de uma passeata para a próxima sexta-feira, passeata esta provida pelos ex-comensais do Calabouço e contra o fechamento do restaurante e ameaça de sua ocupação pelo reembolsável da Aeronáutica, declarado que: "Nós somos uma minoria, mas não nos esqueçamos do professor EDGARD MORIS, da Sorbonne, que disse: "Uma minoria revolucionária unida chegará a vitória final".

Segundo ainda informações, programou ELINOR MENDES BRITO uma série de comícios relâmpagos visando a aglutinar para o movimento dos ex-comensais e massa trabalhadora, pois muitos são pela reabertura do restaurante, mas poucos tomam uma atitude de atuação. Tais comícios relâmpagos deverão realizar-se nos pontos de embarque e desembarque de coletivos, trens e barcas, sendo também possível que se estenda aos subúrbios, onde se concentra uma grande massa de operários que lhes dão apoio, mas dificilmente participam das suas manifestações. Deverão tais comícios realizar-se nas portas de fábricas, nos horários de almoço, entrada e saída, quando os estudantes conchabam os operários e participaram das suas manifestações programadas para esta semana.

Programada pelo Diretório Central dos Estudantes deverá realizar-se na próxima quarta-feira, em comemoração do dia do aniversário da Universidade Livre e Gratuita, uma concentração - no pátio do Ministério da Educação e Cultura, com horário previsto para às 17,30 horas. Além da concentração, promoveram os diretórios acadêmicos de cada faculdade ligada a Universidade Federal do Rio de Janeiro uma série de assembleias e conferências, abordando os seguintes assuntos: pretensão do governo de instituir o regime de fundação, "favorecendo, com isso, a penetração do capital estrangeiro no ensino brasileiro"; continuação da operação bandeja dos ex-comensais do Calabouço, os quais vêm fazendo suas refeições no pátio da Reitoria da UFRJ; e contra o decreto que obriga os estudantes, para serem aprovados, a terem uma frequência anual, mínima, de 180 aulas. Segundo os estudantes, esta medida visa a impedir que a classe realize greve, devendo o Diretório Central dos Estudantes expedir nota contra esse decreto.

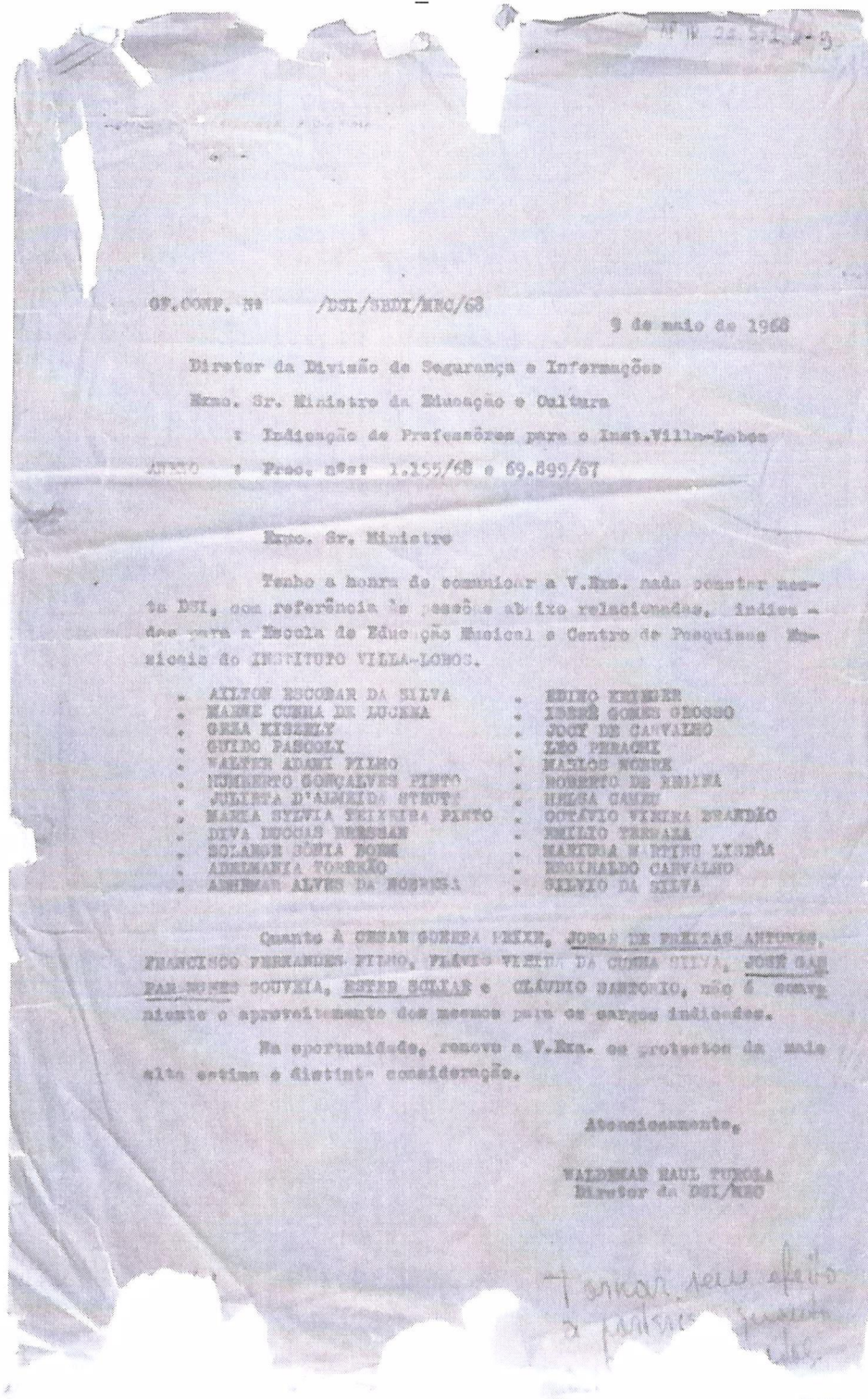
0000000000000000

CONFIDENCIAL



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão da Verdade Memória Justa e Reparação Luiz Renê Silveira e Silva

ANEXO V
APTD_03.5.1.2-009



Ministro nega diálogo aos grevistas de SP

O ministro Jarbas Passarinho, do Trabalho, declarou ontem em São Paulo que a greve em várias indústrias de Osasco é ilegal e os trabalhadores que assim procederam não merecem o diálogo, pois sua atitude é uma verdadeira provocação e está contribuindo para a intranquilidade da família paulista, com possíveis repercussões em toda a Nação. Defendeu a tese de que devemos dar liberdade com responsabilidade, sem o que é desorganização, e acusou os sindicatos de Osasco de conivência com o movimento ilegal, pelo fato de que em nenhum momento procuraram eximir-se de responsabilidade pelos acontecimentos.

Todas as fábricas paralisadas voltarão a funcionar normalmente a partir de hoje, com garantias policiais. Apesar de terem sido ocupadas desde anteontem, as indústrias Brown-Boveri, Cobrasma, Braselco, Granada e Keller, continuam paralisadas e fortemente policiadas por soldados do Batalhão Tobins de Aguiar. Somente a Lonaflex, atingida pelo movimento, não interrompeu o ritmo de trabalho.

Foram presos os trabalhadores Artur dos Santos, Afonso Antunes, Clóvis Ferreira Batista, Luiz Oaldino da Silva, Luiz Carlos Demov, João Batista Cândido, Manuel Machado, José Groffama, José Campos Barreto e Rui Barbosa dos Santos. Serão enquadrados na Lei de Segurança Nacional e no artigo 29 da lei que regula as greves. Interrogados, disseram ignorar que sua situação é ilegal, negando haver mantido engenheiros presos, como refens. Quanto ao advogado Nelson Manoel Sayon Filho e o universitário Raul da Cruz Lima Neto, detidos quando distribuíam panfletos e

material subversivo em frente à Cobrasma, foram postos em liberdade, depois de indicados em inquérito, na Delegacia de Ordem Política e Social.

O governador Abreu Sodré, depois de manter entrevista com o ministro Jarbas Passarinho, afirmou aos jornalistas, no Palácio Campos Eliseos, que a greve era «ilegítima e subversiva», prometendo agir com violência. Na Guanabara, o almirante Sílvio Heck enviou mensagem aos trabalhadores, pedindo que reflitam sobre os «imensos prejuízos que o País sofrera com a paralisação das atividades», pedindo-lhes que dialoguem com empresários e autoridades, antes de se decidirem pela greve, embora reconhecendo que percebem salários insuficientes.

Ainda na capital paulista, os estudantes que continuam entrancheirados na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, denunciaram que a crise das universidades e os acontecimentos de Osasco são dois aspectos da crise nacional.

Revolta no Estado do Rio

A possibilidade da deflagração de uma revolta dos trabalhadores das zonas canavieiras do Estado do Rio foi apontada ao Conselho de Segurança Nacional e ao Presidente da República no memorial que lhes foi encaminhado pela Associação Fluminense de Plantadores de Cana.

O movimento seria resultante do estado de completa miséria em que se encontram aqueles trabalhadores, em consequência da descapitalização que atravessam os fornecedores de cana.

Fôrça Pública intervém na greve em Osasco e prende 34

São Paulo (Sincural) — Trinta e quatro pessoas foram presas ontem à noite na Cobrasma, em Osasco, quando a tropa da Fôrça Pública chegou ao local, com 30 cavaleiros, 60 soldados armados com metralhadoras, baionetas caladas, bombas de gás lacrimogêneo e casquetes e dois brentus, para expulsar os operários que haviam tomado a fábrica de manhã.

A Cobrasma foi a única fábrica em que a Polícia fez prisões, pois chegou a ser iniciado um pequeno movimento de reação, enquanto na Lafonflex os operários deixaram o local logo que chegaram os soldados e as outras fábricas foram desocupadas pelos grevistas antes mesmo da presença dos policiais.

POUCOS PROBLEMAS

Pouco antes das 22 horas, após trabalho de reconhecimento feito em carros particulares, a tropa da Fôrça Pública, comandada pelo Coronel Altino Magno Fernandes, chegou à Cobrasma, entrando na fábrica acompanhado de poucos soldados, quando alguns operários tentaram incitar os operários a não abandonarem o local.

Para dar uma demonstração de força os cavaleiros entraram no local e, logo depois, entraram os outros soldados, enquanto os brentus ficavam fora. Conseguram a sair os operários, enquanto os líderes fugiram pulando o muro.

Depois de evacuada a maior parte do pessoal os soldados da Fôrça Pública começaram a procurar os que estavam espa-

lhados pelas diversas seções da fábrica, cuja área é muito grande.

Foram presos, então, os primeiros operários: João Francisco, Francisco Spadari e Isaur Lourenço Pedrosa. Segundo eles, estavam nos seus locais de trabalho e não sabiam da chegada da Polícia quando apareceram os soldados e os prenderam.

Depois deles, foram presos 30 operários, que deixaram a fábrica com as mãos nas cabeças e foram colocados em um caminhão. Segundo investigadores do DOPS eles faziam parte do grupo que queria resistir e por isso foram levados para o DOPS para prestar depoimento.

Um agente da Polícia Federal prendeu Rui Barbosa Santos, afirmando que ele estava "achincalhando a ação da Polícia".

O operário defendia-se dizendo que não sabia nada sobre greve, e que foi a primeira vez que participou de um movimento, e mesmo assim o fez porque o portão foi fechado e não pôde sair.

Os últimos presos foram Luis Carlos Dimoni, Artur dos Santos e Manoel Machado, enquanto a Fôrça Pública fazia uma triagem entre 116 pessoas para tentar reconhecer os que reagiram.

AMEAÇAS E PRISÃO DE LÍDER

Enquanto saíam os operários, alguém avisou que havia um grupo ameaçando incendiar uma bomba de gasolina. Um carro do corpo de bombeiros fi-

cou no local, mas a ameaça não foi concretizada.

Os agentes do DOPS e da Polícia Federal, enquanto isto, tentavam prender nas proximidades José de Araújo Barreto, Joaquim Miranda e Benedito Vieira. Já depois das 23 horas, José de Araújo Barreto foi preso por um agente da Polícia Federal, que encontrou em seu poder um revólver calibre 38 e grande quantidade de balas. O preso ficou vigiado por seis soldados da Fôrça Pública e foi reconhecido pelo próprio coronel Altino Magno Fernandes como um dos que instigavam os operários a resistência. Um grande número de repórteres aproximou-se dele, que não queria falar. Perguntavam seu nome, sua idade. Ele riu e disse:

— Twenty-One. Do You Understand?

Disse que não era líder, só trabalhava na fábrica há dois meses e não revelou o nome. Um oficial, no entanto, retirou os documentos do seu bolso e confirmou o nome dado pelo agente federal.

SECRETARIO CHEGA

O Secretário da Fazenda, Arróbas Martins, esteve no local com o Presidente da Caixa Econômica do Estado, Oscar Klabin Segal, e conversou separadamente com um agente do DOPS, que confirmou a ida dos presos para aquele departamento e disse que os líderes haviam escapado. O agente afirmou ainda que, segundo um engenheiro, o pre-juízo-hora foi de R\$ 10 mil. Quando a situação estava completamente dominada, che-

gou o coronel Antônio Ferreira Marques, Comandante da Fôrça Pública, que conversou separadamente com o coronel Altino Magno Fernandes, alguns agentes do DOPS, o Secretário Arróbas Martins e o Sr. Oscar Klabin Segal.

BAIXAS

Sómente duas baixas se registraram durante a desocupação: um soldado da Fôrça Pública, cujo nome não quis fornecer, foi ferido levemente no rosto e nas mãos por um operário que tentou fugir. Do lado dos operários também se verificou uma baixa: Vanderlei Passioto foi ferido, sem gravidade, por um golpe de cassetele na cabeça.

Os policiais se limitaram a usar seus casquetes para empurrar os presos quando eram levados em fila.

CARTA AO GOVERNADOR

O Diretor do Departamento Nacional do Trabalho, Sr. Ildefonso Martins, chegou à noite a São Paulo, com uma carta do Ministro do Trabalho, Coronel Jarbas Passarinho, ao Governador Abreu Sodré. No aeroporto, afirmou que "a greve dos trabalhadores de Osasco é ilegal, não tem nenhum fundamento e por isso será combatida com rigor".

Acrecentou que os grevistas não receberão pelo dia em que estiverem parados, "pois o Governo pretende punir exemplarmente as provocações e violências".

Grevistas pararam cinco fábricas

O movimento que eclodiu ontem em cinco indústrias de Osasco — Fósforos Granada, Cobrasma, Braseixo, Lafonflex e Metalúrgica Barreto Keller — paralisou mais de quatro mil operários, que ocuparam as fábricas depois de armazenar gêneros alimentícios. A principal reivindicação é aumento salarial de 35% e escala móvel de trabalho, com reajustes a cada três meses.

O movimento, classificado por um dos diretores do Sindicato dos Metalúrgicos, Sr. José Ferreira Batista, como "briga santa por legítimos direitos", deixou o Governo apreensivo porque pode alastrar-se por outras indústrias de Osasco. A greve começou com uma passeata, pelas ruas da cidade, de cerca de 200 trabalhadores da Fábrica de Fósforos Granada.

ESTOPIM DA GREVE

Osasco, quarto município paulista em arrecadação e o segundo parque industrial de-

— Nós, operários de Osasco, estamos em greve. Já ocupamos várias fábricas. Exigimos 35% de aumento sobre os salários atuais; contrato coletivo de trabalho por dois anos e reajuste de três em três meses.

A fome que ronda nossas casas e o desemprego que nos atormenta têm que ter um fim. Chegou a hora de darmos não à ditadura dos patrões. Chegou a hora da derrubada das leis do arrocho salarial, do Fundo de Garantia e da lei antigreve.

Ao arrocho respondemos com greve, ao Fundo de Garantia — greve. Exigimos contrato coletivo. A lei antigreve — greve. Greve contra todos os arrochos.

Pelos jornais, rádios e televisão, a ditadura dos patrões procura nos intimidar, falando em estado de sítio e repressão policial. Procuram nos intimidar porque têm medo de nós. E têm medo porque nos exploram, e sabem que responderemos à altura à violência dessa exploração.

da do prédio, na Rua Erasmo Braga, todos são obrigados a se identificar antes de entrar e jornalistas têm os nomes anotados.

No auditório do Sindicato, tomado principalmente por mulheres, uma parte dos grevistas está reunida em assembleia permanente. Todos fazem suas reivindicações e quando os patrões são criticados a platéia irrompe em vaia. Uma mulher subiu ao palanque para dizer que trabalha na Metalúrgica Barreto Keller e que uma vez passou mal, sendo levada até o hospital num caminhão de área.

MOVIMENTO PACÍFICO

As 16 horas, um dos diretores do Sindicato dos Metalúrgicos reuniu a imprensa para uma entrevista coletiva. Na sala havia, numa das paredes, um cartaz que chamava os operários para o movimento contra

ção é cobrar pedágio na rua de frente, para ajudar financeiramente às famílias dos operários.

A Metalúrgica Barreto Keller e a fábrica de Fósforos Granada são as únicas empresas com capital brasileiro. Na Cobrasma, são fabricantes produtos metalúrgicos em geral e reparados vagões ferroviários; na Lafonflex, são fabricantes de lonas de freio; na Braseixo são construídos eixos virabrequim e outros.

APOIO ESTUDANTIL

Vários estudantes estiveram ontem no Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco para prestarem o seu apoio. A União Estadual dos Estudantes anunciou que vai criar comitê de solidariedade, com duas finalidades: divulgação e finanças. A primeira é para esclarecer o povo e ontem já foram distribuídos cinco mil panfletos em São Paulo. A segunda dará



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão da Verdade Memória Justa e Reparação Luiz Renê Silveira e Silva
ANEXO VII

CONFIDENCIAL

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVICO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

S.N.I.
AGENCIA CENTRAL
010297 - 6 JUL 70
PROTOCOLO

INFORMAÇÃO Nº 462/SNI/ARJ/70
(ST.19.2 - 0081)

4
Data : 1 Jul
Assunto : INSTITUTO VILLA-LOBOS
Referência :
Difusão : AC/SNI

15056

- O Diretor do INSTITUTO VILLA-LOBOS em meados do ano passado, mandou distribuir um formulário entre os alunos, a fim de ser preenchido pelos mesmos, cujo propósito era um julgamento - sobre os professores.

- O referido questionário provocou aos antigos professores um pânico geral.

- O Instituto, subordinado ao Departamento Nacional de Educação (DNE), tem como atribuição a formação de professores de curso médio, para o ensino de Educação Musical.

- Nesta Agência sobre REGINALDO DE CARVALHO, Diretor do Instituto desde 1967, consta:

- FILHO DE DELPHIM JOSÉ CARVALHO e URBELIA DE CARVALHO.
- NASCIDO EM 3 DE MAIO DE 1932.

Ago/66 - Assinou manifesto, dirigido ao Governador da Guanabara, protestando contra a suspensão pelo DOPS, da peça denominada "CIRANDA". (Imprensa).

Abr/67 - O Presidente da República nomeou o epigrafo para exercer o cargo, em comissão, de Diretor do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, atual Instituto Villa-Lobos. (Imprensa Oficial).

Abr/68 - Comunista que foi ligado a AGILDO BARATA. Em 1966, assinou manifesto de intelectuais condenando o Governador NEGRÃO DE LIMA, de cercear a liberdade do povo. - (CENIMAR).

Dez/68 - Recentemente esteve ou está em BRASÍLIA, onde, no Ginásio "Elefante Branco", deu um curso de iniciação musical, sendo suas palavras voltadas para farda, batina e agricultura. Consta ser comunista, desde os tempos da antiga ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DO DISTRITO FEDERAL, gestão de FÁBIO BRUNO. (CENIMAR).

CONFIDENCIAL



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão da Verdade Memória Justa e Reparação Luiz Renê Silveira e Silva

CONFIDENCIAL

2

(Continuação da Informação nº 081/ST.19.2/1/7/1970, e ARJ/SNI número 463 de /1970).....

=====

Jan/1969 - Nomeou professores de esquerda para ministrar cursos no Instituto, contrariamente a Parecer da DSI/MEC.

- Não possui condições para dirigir qualquer órgão de responsabilidade. Falta-lhe capacidade de administração, liderança e compostura. Desleixado em sua apresentação pessoal. (DSI/MEC).

Abr/1969 - Professor do ensino Secundário. Faz constantes críticas a Revolução, procurando desprestigiar as autoridades. É anti-revolucionário. Tomou parte em reuniões esquerdistas. Presidente do Instituto Villa-Lobos. É funcionário do Ministério da Educação e Cultura. -- (SNI/ABSB).

Mai/1969 - Consta de relação de elementos esquerdistas e subversivos, atuantes no meio artístico musical do país. - Ex-Professor de Música, do "Elefante Branco" (DF), atual Diretor do Instituto Villa-Lobos. Primo de ANTONIO GUEDES. É acusado de fornecer, com facilidade, - "registro de professora não qualificada". (DSIEC/B3B).

0000

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA
MANUTENÇÃO DO CICLO ESTE DOCUMENTO.
(Art. 22-Dac nº 00-417/07 Regulamento para
Salvaguarda de Assuntos Sigilosos)

CONFIDENCIAL